



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONÔMICAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

O POLICIAL MILITAR E SUA PASSAGEM PARA A INATIVIDADE.

**JOÃO BATISTA DE FREITAS LEMES – TENENTE CORONEL QOPM
WILSON BRASIL PINHEIRO TAVARES – TENENTE CORONEL QOPM**

ORIENTADORA: PROF^a. MARIA CLARICE SILVA PATRIARCA

**Goiânia
2011**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONÔMICAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

O POLICIAL MILITAR E SUA PASSAGEM PARA A INATIVIDADE.

**JOÃO BATISTA DE FREITAS LEMES – TENENTE CORONEL QOPM
WILSON BRASIL PINHEIRO TAVARES – TENENTE CORONEL QOPM**

ORIENTADORA: PROF^a. MARIA CLARICE SILVA PATRIARCA

“Artigo Científico apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas – FACE da Universidade Federal de Goiás – UFG, sob a orientação da Prof^a. Maria Clarice da Silva Patriarca.”

**Goiânia
2011**

O POLICIAL MILITAR E SUA PASSAGEM PARA A INATIVIDADE

Wilson Brasil Pinheiro Tavares¹

João Batista de Freitas Lemes²

Resumo:

A velhice não é determinada apenas pela idade biológica, mas também pela incapacidade do indivíduo em produzir, criar, ter interesse em construir algo em sua vida, ou seja, deixar de sonhar. No Brasil, em razão de sua legislação e com o aumento da população da terceira idade, tem-se um grupo cada vez maior de pessoas inativas que cada vez mais não estão recebendo a devida atenção e cuidado por parte dos governantes e das pessoas de um modo geral. O presente trabalho tem por objetivo a busca pela identificação das potencialidades e possível disponibilidade dos Policiais Militares inativos em serem reaproveitados, através de pesquisa de campo, quantificando e discriminando os anseios e necessidades para seu real emprego na atividade meio da Instituição. Ainda, pretende servir de alerta aos integrantes da corporação como um todo, especialmente àqueles que exercem cargos de direção, da necessidade de acompanhamento daqueles militares que se aproximam do momento de irem para a inatividade.

Palavras-chave: inatividade, reserva remunerada, Polícia Militar de Goiás, programa de preparação para a reserva.

Abstract:

Old age is not only determined by biological age, but also by the inability of the individual to produce, create, have an interest in building something in your life, or stop dreaming. In Brazil, due to its legislation and with the increasing population of elderly, there is a growing group of inactive people who increasingly are not getting the proper care and attention by governments and people in generally. This work aims to search for the identification of potential and possible availability of the Military Policemen inactive be reused, through field research, quantifying and discriminating against the wishes and needs for your job in real activity through the institution. Still, it serves as a warning to members of the corporation as a whole, especially those in positions of leadership, the need for military accompaniment of those who are approaching the moment to go to inactivity.

Keywords: inactivity, remunerated reserve, Military Police of Goiás, preparation program for the reserve.

¹ Tenente Coronel da Polícia Militar de Goiás.

² Tenente Coronel da Polícia Militar de Goiás.

INTRODUÇÃO

A velhice não é determinada apenas pela idade biológica, mas também pela incapacidade do indivíduo em produzir, criar, ter interesse em construir algo em sua vida, ou seja, deixar de sonhar.

No Brasil, em razão de sua legislação e com o aumento da população da terceira idade, tem-se um grupo cada vez maior de pessoas inativas que cada vez mais não estão recebendo a devida atenção e cuidado por parte dos governantes e das pessoas de um modo geral.

O isolamento do aposentado, que se manifesta muitas vezes pelo isolamento afetivo nas relações familiares, pode tornar uma tão sonhada aposentadoria em um sofrimento. Dessa forma, a aposentadoria acaba se transformando em um problema existencial a ser resolvido, sendo, portanto, fonte de tensões e insatisfações em muitos casos.

A passagem para a inatividade tem sido causa de estudos por parte de alguns ramos da ciência, com vistas a atender um enorme contingente social. Percebe-se que, como a maioria das pessoas, os Policiais Militares, objeto de estudo deste trabalho, vivem de maneira problemática a sua inatividade, apresentando frustrações e desânimo com a vida e com suas relações interpessoais.

Quando da ida para a inatividade, os Policiais Militares, após passarem longos anos arriscando suas vidas e enfrentando todas as mazelas que a profissão lhes apresentava, se vêem de uma hora para outra esquecidos, amargurados e, muitas vezes, são discriminados pelos colegas de profissão. Isso provoca um distanciamento paulatino, até que muitos simplesmente não mais são vistos e perdem completamente o contato com os antigos colegas.

Outro fator a ser levado em consideração é que muitos Policiais Militares, após irem para a inatividade e sem um devido acompanhamento, adquirem alguns vícios, como o uso

excessivo de bebidas alcoólicas, e enfrentam problemas familiares, já que durante a sua vida profissional não se prepararam para a inatividade.

Além disso, a preocupação torna-se maior devido ao fato de esse tema não haver sido tratado, até hoje, pela literatura. São poucas as polícias, como a de Minas Gerais, que possuem um programa de preparação para o policial que entrará na inatividade, já com muitos anos de serviço prestados à comunidade e sem a perspectiva de fazer outra coisa do seu tempo.

Para Schneider e Irigaray (2008), “o conceito de idade é multidimensional e não é uma boa medida do desenvolvimento humano. A idade e o processo de envelhecimento possuem outras dimensões e significados que extrapolam as dimensões da idade cronológica”. Mas o que seria a idade cronológica? Existem outros tipos de idade? Se sim, quais são?

San Martín e Pastor (1996), estudiosos da área, afirmam que não há como se definir a velhice pela simples cronologia, isto é, não se pode dizer que uma pessoa é velha por ter mais de 60 anos, por exemplo. É preciso analisar suas condições físicas, mentais, funcionais e de saúde, pois os indivíduos possuem diferentes idades biológicas e subjetivas.

Atualmente percebe-se, de acordo com pesquisa de Tavares e Antônio Filho (2000), que os profissionais da Polícia Militar do Estado de Goiás não recebem orientações para quando deixarem de exercer suas atividades, o que têm influenciado muitos a levarem uma vida de total ostracismo e sedentarismo, jogados à própria sorte ou buscando uma complementação de renda em atividades pouco recomendadas, principalmente na área de segurança particular informal.

A partir dessas considerações, tem-se como objetivo deste estudo a busca pela identificação das potencialidades e possível disponibilidade dos Policiais Militares inativos em serem reaproveitados, através de pesquisa de campo, quantificando e discriminando os anseios e necessidades para seu real emprego na atividade meio da Instituição.

Durante o seu desenvolvimento o presente artigo apresentará a lei 8.033/78, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás e dá outras providências. A análise desta lei objetiva a criação, na Polícia Militar, de um programa de acompanhamento que busque soluções aplicáveis para orientar e preparar os seus integrantes para a inatividade, além de propor, com base na mesma, um consequente reaproveitamento desta mão de obra especializada e com vasta experiência profissional na atividade meio da Corporação. Tal programa já é uma realidade no Estado de Minas Gerais, proporcionada pela Resolução n. 3842, de 31 de janeiro de 2006, que define critérios para a elaboração, na Polícia Militar de Minas Gerais, do Programa de Preparação para a Reserva.

Para dar início aos propósitos aqui especificados, principiar-se-á pelo estudo das categorias de idade existentes em uma sociedade e do conceito de velhice, que, segundo Debert (1998), não é uma categoria natural, mas sim uma construção social.

1.1 A VELHICE E A QUESTÃO DA IDADE

O ser humano passa, em sua caminhada pela vida, por processos denominados rituais de passagem, dos quais fazem parte, por exemplo: o batismo, a primeira comunhão para os católicos, o serviço militar obrigatório (para os homens), o casamento, a aposentadoria, dentre outros. Tais ritos transformam em marcos o que foi e o que virá a ser, ou seja, o novo.

Durante a sua vida, as pessoas vão se desenvolvendo fisicamente e amadurecendo psicologicamente, exercendo funções, constituindo família, criando filhos e promovendo-se em suas profissões, até que, após as mais variadas experiências, chega o dia da aposentadoria.

Muitos são pegos de surpresa e ficam sem saber o que fazer dos seus dias, outros se entusiasma pela perspectiva da nova vida, pois acreditam que terão liberdade para desfrutarem de maneira adequada e mais prazerosa possível de tudo o que construíram ao longo de seus anos de trabalho.

A época da aposentadoria é exatamente quando os seres humanos estão mais experientes, sábios e conhecedores de si mesmo e do seu potencial. No entanto, em nossa sociedade esse ritual de passagem tem uma conotação pejorativa, pois se associa esse momento à velhice, fazendo com que muitos se deixem levar pelo pessimismo, entregando-se e pensando que realmente tudo acabou. Essa idéia estereotipada da velhice considera a predominância física para o sentido da vida, colocando em segundo plano os aspectos psicoemocionais, como corrobora Maltempi (s/d, p. 4):

Na relação entre jovens e velhos, é notória em nosso país, sobretudo nas classes médias e nas elites, uma visão distorcida e preconceituosa em relação aos idosos. Uma situação carregada de distanciamento ou indiferença, ou, muitas vezes, os preconceitos ostensivos e velados em relação à competência para política, para a vida social e cultural, para o trabalho, ou para simples convivência no lazer. Suas experiências e seu saber são dispensados, quando não desprezados, na sociedade que valoriza a inovação e subestima o antigo. O antigo tem de lutar para sobreviver, a sociedade contemporânea parece perder o sentido e a importância da memória histórica, cultural, artística ou até mesmo natural. Tudo se destrói em nome do progresso e da expressão econômica. Essa destruição de valores fazem os mais velhos sentirem-se integrantes perdidos no espaço.

De acordo com Salgado (1988, p. 4), “envelhecer é uma propriedade particular, com vivências e expectativas específicas que não reduzem a responsabilidade de vida e participação ativa no processo social, pois mesmo na terceira idade o indivíduo continua sendo membro da comunidade”. Isso significa dizer que continua com as mesmas responsabilidades de quando se encontrava na ativa, podendo colaborar tanto quanto antes com a sociedade em que vive, mas provavelmente com mais sabedoria do que quando mais novo.

Schneider e Irigaray (2008) dividem as idades em quatro: idade cronológica (marca a passagem do tempo em dias, meses e anos, desde o nascimento), idade biológica (definida

pelas modificações corporais e mentais que ocorrem durante o processo de desenvolvimento, desde antes do nascimento e por toda a vida), idade psicológica (dois sentidos: o primeiro diz respeito à relação entre a idade cronológica e as capacidades psicológicas; o segundo se refere ao senso subjetivo de idade, ou seja, ao modo como as pessoas se relacionam com outras da mesma idade) e idade social (uma pessoa pode ser mais velha ou mais nova dependendo de como se comporta dentro da classificação esperada para cada idade em sua sociedade).

Além do fator idade como determinante da velhice, outros determinantes usados para afirmar que uma pessoa é velha ou não são os aspectos sociais, biológicos e psicológicos.

Conforme Salgado (1982), nas sociedades industrializadas a valorização do homem está diretamente relacionada com a sua capacidade de produzir riquezas. O trabalho independente de sua natureza proporciona identidade social, valor, prestígio, status, dentre outros. Ao se desligar do meio produtivo o idoso tende a abdicar de sua posição social, de seus antigos valores e submeter-se a condições que agridem a si mesmo. O envelhecimento é encarado por muitos apenas por seus aspectos negativos, os colocando em uma posição secundária e renegando-os. As interações com o meio social sofrem uma sensível diminuição, acarretando um progressivo isolamento e a conseqüente marginalização.

O papel e funções familiares que até determinada idade são claramente definidos, perdem a sua força com o passar dos anos e a natural redução do grupo familiar. Por vezes, casais passam a ter conflitos conjugais, normalmente após a saída de casa dos filhos, pois a presença de outras pessoas impedia a manifestação de comportamentos negativos.

Segundo Salgado (1982, p. 29),

As mutações de ordem biológica verificáveis no declínio do organismo humano decorrem, fundamentalmente, do processo de senescência, responsável por perdas orgânicas e funcionais. Entretanto um organismo pode também decair em sua força e função, por moléstias, por uma utilização inadequada ou mesmo por má nutrição.

Em que pese o avanço da medicina ainda não ter conseguido dilatar o limite do tempo máximo de vida, contudo têm acumulado conquistas surpreendentes, especialmente com novos medicamentos, novas técnicas cirúrgicas, transplantes de todos os tipos. Os resultados têm permitido ao homem, por todo o processo do envelhecimento, uma vida mais ativa, graças à eliminação de limitações físicas maiores.

Por fim, em relação aos aspectos psicológicos, Salgado (1982) explica que a vida humana se desenrola em meio a uma série de acontecimentos inter-relacionados, mesmo quando isolados, que sofrem influência de todo um contexto socioambiental em que se insere o indivíduo. A personalidade individual define-se entre acontecimentos, dependendo menos da regularidade em que ocorrem do que da consciência com que sejam vividos.

Viver é um estado de equilíbrio e como tal é afetado por uma nova situação, pois ocorre um desequilíbrio a que se deve responder a fim de que este não passe de transitório a permanente. Exige-se todo um esforço do indivíduo para bem se posicionar na nova situação.

Na velhice, o equilíbrio se torna mais difícil, pois a longa história da vida acentua as diferenças individuais, quer pela aquisição de um sistema de reivindicações e desejos pessoais, quer pela fixação de estratégias de comportamento. No tempo da maturidade e velhice, certas modificações se processam no íntimo de cada indivíduo, de forma que ficam alterados seus valores e atitudes. Os entusiasmos são menores, a própria motivação tende a diminuir e são necessários aos idosos estímulos bem maiores para fazê-los empreender uma nova ação.

Salgado (1998) cita um estudo desenvolvido pelos cientistas norte-americanos P. G. Peterson e Suzane Reichards sobre o problema de adaptação à velhice, no qual eles revelam cinco tipos de idosos:

- a) Os construtivos – são aqueles indivíduos bem resolvidos na vida pessoal, familiar e social, sem indícios de neuroses ou de qualquer outra forma de ansiedade, que tiveram uma infância

feliz e na vida adulta sofreram poucas tensões, não abandonaram as atividades físicas e ainda são sexualmente ativos. Estes indivíduos aceitaram a aposentadoria sem traumas, não lamentam e têm otimismo e aguardam o futuro com absoluta tranquilidade;

- b) Os dependentes – se caracterizam por possuírem menor auto-suficiência e maior passividade e dependência. Normalmente a esposa é a figura central da família. O padrão de vida é acima de suas possibilidades, todavia não apresentam muitas ambições. Dependem emocionalmente dos outros, são tímidos e têm dificuldades de fazer com novas amizades, contudo, são bem integrados no meio social em que vivem. Encaram a aposentadoria como maneira de se verem livres de responsabilidades e de esforços físicos e mentais. São acomodados;
- c) Os defensivos – caracterizam-se pela falta de controle emocional, beirando a neurose. São pessoas com hábitos fechados e comportamentos estereotipados, absolutamente convencionais. A vida profissional foi de bom desempenho, todavia, a adaptação ao trabalho foi mais uma decorrência da necessidade de preparar o futuro do que a satisfação efetiva com a atividade profissional. Tentam passar uma imagem de auto-suficiência, porém se pressionados não se envolvem em discussões. A grande maioria é preconceituosa e projeta uma imagem pessimista da velhice e só admitem a inatividade quando totalmente obrigada. Sentem inveja da juventude, têm medo da velhice e, por consequência, da morte;
- d) Os hostis – São extremamente agressivos e competitivos, exteriorizando no plano emocional certa tendência mórbida. Costumam culpar o mundo, principalmente outras pessoas, por seu insucesso pessoal e profissional. Revelam poucas ambições, sendo, contudo, inflexíveis em seus valores. São preconceituosos, introspectivos e criticam a juventude. Na maioria das vezes tiveram uma vida profissional em um patamar relativamente precário;
- e) Os pessimistas – são aqueles que dirigem toda hostilidade contra si mesmo. O comportamento é conflituoso diante de um passado não muito agradável, razão pela qual

não expressam desejo de retorno. A principal característica é se colocarem como vítimas das circunstâncias.

Com base nas categorias de adaptação à velhice e na categorização etária usada em nosso país para que se alcance a aposentadoria ou, no caso em estudo da Polícia Militar de Goiás, para que os indivíduos passem à reserva, exporemos as formas legais de transferência para a inatividade nesta instituição.

1.2 O PROGRAMA DE PREPARAÇÃO PARA A RESERVA EM MINAS GERAIS

Em Minas Gerais, a Resolução n. 3842, de 31 de janeiro de 2006, define critérios para a elaboração, na Polícia Militar do Estado, do Programa de Preparação para a Reserva. Tal programa se destina a militares voluntários que tenham mais de 27 anos de efetivo serviço e que não estejam matriculados em nenhum curso, seja ele presencial ou não.

O programa consta de duas fases, sendo a primeira um ciclo de palestras com duração de seis meses, sobre as mais variadas áreas: social, familiar, projetos pessoais, saúde, lazer, financeira e aspectos legais.

A segunda fase dura doze meses e é composta por um ciclo de filmes e de atividades de integração. Para participar desta fase é preciso já haver passado pela primeira. Há divisão dos participantes em grupos de até 60 pessoas, com a finalidade de facilitar a apresentação do filme e o posterior debate a respeito do tema do vídeo, coordenado por um Oficial previamente designado. Posteriormente, há uma dinâmica de grupo e atividades de integração com grupos menores, compostos por 15 a 20 militares, em reuniões intercaladas com a exibição dos filmes,

realizadas, sempre que possível, por Oficiais QOS Psicólogos da PMMG ou por outros militares devidamente capacitados e com trabalhos na área.

Patrícia Bispo (internet, s/d), ao fazer uma avaliação primeira do programa, assim se pronuncia:

a princípio, alguns militares eram preconceituosos e tinham receio, pois acreditavam que ser participante do programa poderia significar uma possível rotulação de "velhinhos da terceira idade" ou algo do gênero. Porém, aos poucos, esse medo foi se diluindo, graças ao empenho, à motivação da primeira turma e à imagem que os primeiros participantes passaram do programa para a tropa.

Como pode ser percebido, a experiência foi e está sendo positiva, preparando os policiais militares para que possam chegar bem à reserva e para que saibam como lidar com o fato de precisar alterar sua rotina e criar uma nova, com novas expectativas e novas metas.

Com base nesta resolução, um dos nossos objetivos, com este trabalho, é propor a criação, em Goiás, de um programa semelhante, com o fim de melhorar a qualidade de vida dos futuros inativos. A seguir, vejamos quais as formas legais de transferência para a inatividade em Goiás.

1.3 AS FORMAS LEGAIS DE TRANSFERÊNCIA PARA A INATIVIDADE EM GOIÁS

A Lei 8.033, de 02 de dezembro de 1975, dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás e dá outras providências, tendo sofrido alterações pela aprovação da Lei 13.559, de 22 de novembro de 1999. Nelas encontram-se particularizadas as formas legais de transferência para a inatividade.

Os policiais militares dividem-se em duas categorias: os na ativa e os em situação de inatividade. Estes podem ser divididos em: a) da reserva remunerada – percebem remuneração do Estado de Goiás e estão sujeitos à prestação de serviços na ativa mediante convocação; b) reformados – estão dispensados definitivamente do serviço na ativa, mas continuam a perceber remuneração do Estado de Goiás.

Segundo o artigo 88 da Lei 8.033, são duas as formas de transferência para a reserva remunerada: “a pedido” e “*ex-officio*”. O pedido deverá ser feito, conforme o artigo 89 do mesmo diploma legal, pelo Policial Militar, desde que este tenha no mínimo trinta anos de serviço.

A transferência para a reserva remunerada *ex-officio*, segundo o artigo 90 da mesma lei, ocorrerá sempre que o Policial Militar se enquadrar nos seguintes casos:

I - atingir as seguintes idades limites:

a) no Quadro de Oficiais PM (QOPM) e Quadro de Oficiais Bombeiros (QOBM):

POSTOS IDADES

Coronel PM 59 anos

Tenente-Coronel PM 56 anos

Major 52 anos

Capitão PM e Oficiais Subalternos 48 anos

b) Quadro de Oficiais de Saúde (QOS), Quadro de Oficiais Especialistas (QOE) e Quadro de Oficiais de Administração (QOA):

POSTOS IDADES

Coronel PM 62 anos

Tenente-Coronel PM 60 anos

Major PM 58 anos

Capitão PM e Oficiais Subalternos 56 anos

c) para as Praças:

GRADUAÇÃO IDADES

Subtenente PM 56 anos

Primeiro Sargento PM 54 anos

Segundo Sargento PM 52 anos

Terceiro Sargento PM 51 anos

Cabo PM e Soldado PM 51 anos

II – completar, cumulativamente, 8 (oito) anos no último posto da corporação e 30 (trinta) anos, no mínimo, de efetivo serviço militar;

III - for o Oficial considerado não habilitado para o acesso, em caráter definitivo, no momento em que vier a ser objeto de apreciação para ingresso em Quadro de Acesso;

IV - ultrapassar dois (2) anos, contínuos ou não, em licença para tratar de interesse particular;

V - ultrapassar dois (2) anos contínuos em licença para tratamento de saúde de pessoa da família;

VI - for empossado em cargo público permanente, estranho à sua carreira, cujas funções sejam de magistério;

VII - ultrapassar dois (2) anos de afastamento, contínuos ou não, agregado em virtude de ter sido empossado em cargo público civil temporário, não eletivo, inclusive da administração indireta;

VIII - for diplomado em cargo eletivo, na forma do item II do parágrafo único do artigo 51; e

IX - após o Policial-Militar ter sido indicado três (3) vezes para frequentar os Cursos Superiores da Polícia, Aperfeiçoamento de Oficiais, Aperfeiçoamento de Sargentos, não os completar ou não aceitar as indicações. A terceira indicação e a transferência para a reserva remunerada dependerão de estudos das comissões de Promoções e decisão do Comandante-Geral.

X - se Oficial intermediário, ultrapassar cinco (5) anos de permanência no último posto da hierarquia do seu Quadro, desde que conte trinta (30) ou mais anos de serviço.

A seguir será explicitada a metodologia utilizada.

2 METODOLOGIA

Interessa, neste estudo, os indivíduos que se encontram na reserva remunerada, haja vista o direito de, por lei, poderem voltar à ativa se convocados. O trabalho de campo necessário a esta pesquisa foi realizado em fevereiro de 2011, com seis policiais militares da reserva remunerada e três que se encontram em atividade, porém com mais experiência profissional, através dos Comandos Regionais e Comandantes de Unidades Operacionais e os que já se encontram na inatividade através da Associação dos Militares Inativos do Estado de Goiás – AMIGO.

Foram elaboradas duas entrevistas, uma para os policiais militares ativos e outra para os da reserva remunerada, com perguntas discursivas. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas literalmente. Os nomes dos entrevistados serão preservados e sua identificação se dará por meio da letra “E”, de entrevistado, uma numeração sequencial que irá do primeiro militar inquirido até o último, iniciando pelos da reserva remunerada (RR) e, em seguida, os na ativa (AT).

Após a análise das respostas, os dados serão tabulados e os resultados podem ser percebidos a seguir, identificando a real necessidade e as ansiedades destes profissionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Policia Militar do Estado de Goiás é regido por um estatuto próprio, a Lei 8.033, que estabelece, dentre outras, as regras para que o indivíduo integrante da Polícia Militar passe à inatividade. Um de seus critérios é que tenha, no mínimo, 30 anos de serviço. Nesse momento, é possível, a pedido, ficar inativo, no que é chamado de reserva remunerada.

Esta pesquisa tem como um de seus objetivos entrevistar policiais na ativa e inativos em relação às suas percepções da inatividade. Como já dito anteriormente, foram entrevistados seis policiais militares que se encontram na reserva e três que ainda estão em atividade, tendo sido estabelecido os seguintes perfis:

Tabela 1: Perfil dos policiais militares na reserva remunerada.

Entrevistado (a)	Sexo/idade	Tempo de serviço na PM	Tempo de Reserva Remunerada	Realiza outra atividade?	Possui alguma capacitação? Qual?	Tem interesse em realizar alguma atividade na PM?
E1-RR	M	30 anos	1 mês	Não	Sim, Agrimensor	Sim
E2-RR	M	30 anos	2 meses	Não	Sim, Contador	Sim
E3-RR	M	26 anos	20 anos	Sim	Não	Sim
E4-RR	M	30 anos	2m e 15 dias	Não	Não	Sim
E5-RR	M	30 anos	4 meses	Não	Não	Sim
E6-RR	M	31 anos	8 meses	Sim	Não	Sim

Fonte: Entrevistas realizadas pelos autores.

Como pode ser percebido na tabela 1, os policiais militares da reserva remunerada são todos do sexo masculino e encontram-se na reserva há pelo menos um mês, tendo o entrevistado E3-RR mais de vinte anos afastado devido ao fato de haver se ferido em serviço.

Outro dado importante na pesquisa é que, dos seis entrevistados, apenas dois (E1-RR e E2-RR) possuem alguma capacitação diferente da utilizada na área de segurança pública, ou seja, poderiam vir a trabalhar com outra habilidade ao irem para a reserva. No entanto, ambos vivem apenas com o dinheiro da reserva remunerada, pois afirmaram não realizar outra atividade, ao contrário de E3-RR (vigia noturno) e E6-RR, que trabalham em outra área agora que se retiraram da Polícia Militar de Goiás.

Sobre a pergunta “Durante o período em que você estava indo para a reserva remunerada, você teve algum acompanhamento institucional ou participou de algum programa de preparação para a reserva?”, todos foram unânimes ao afirmarem que não tiveram sequer uma “desaceleração do serviço”, como se percebe pela fala de E1-RR: “Não senhor, eh..., nós não tivemos nenhum acompanhamento e tampouco nós tivemos, eh, uma desaceleração do serviço, pelo contrário [...] cada dia mais nós temos mais frentes de serviço e mais responsabilidade para assumir”. Outro policial aponta que “inclusive trabalhei com todo vapor até o último dia da minha titularidade e não tive nenhum acompanhamento” (E2-RR).

Ao responderem essa pergunta, os policiais da reserva enfatizaram que tiveram dificuldades e que seria importante haver um programa de preparação para a inatividade, como se vê nos fragmentos a seguir:

Não, negativo, negativo. Eu não tive essa preparação. Aqui na polícia militar não tem, é, aliás, ele é muito importante, isso porque às vezes o polícia sai da Corporação, um dia tá fardado e no outro dia tá sem a farda. Aí às vezes ele faz besteira, o exemplo de um colega nosso, ele cedo ele abre o boteco e à tarde ele fecha, é o dia inteiro assim, não tá preparado para a vida paisana, sente falta da farda. (E4-RR)

Não, inclusive tive muita dificuldade, ficava pensando muito se ia acostumar sem a farda, não ter que levantar cedo, fazer a barba e ir pro serviço. A gente faz muita amizade na polícia, trabalha muito tempo com um companheiro, e sente muita falta quando sai da polícia. Apesar do pouco tempo que eu saí já deu pra sentir que não vou voltar mais e isso deixa a gente meio confuso, ficar o tempo todo em casa, a gente espera muito este momento, mas quando chega não sabe muito o que fazer. (E6-RR)

Percebe-se, pelas respostas obtidas nesta pergunta, que os indivíduos, ao saírem da instituição, se sentem “meio confusos”, pois há o estabelecimento de uma dependência institucional, eles se sentem dependentes dela e sentem falta de pequenas ações, como vestir a farda, fazer a barba todo dia, sair de casa para ir ao serviço. Com exceção do E3-RR, que hoje tem 75 anos de idade e mesmo assim exerce a atividade informal de vigia noturno, os demais entrevistados contam com idades entre 48 e 55 anos, sentem-se plenamente capazes de exercerem outra atividade remunerada e, por falta de capacitação e/ou oportunidade, não o fazem.

E1-RR também salientou, ao responder à pergunta “Você encontrou alguma dificuldade para ingressar na reserva remunerada? Qual foi a(s) principal(is) dificuldade(s) encontrada(s)?”, os aspectos relacionados anteriormente:

[...] a princípio eu acho que ainda “não caiu a ficha”, porque tem poucos dias, mas a gente às vezes se sente um pouco perdido, é devido a você tá em atividade, acostumado a levantar de manhãzinha, fazer a barba, pegar seu uniforme e rapidamente pegar sua moto e deslocar até o quartel e esse trabalho ele não existe mais. Então a gente às vezes fica meio confuso, meio perdido nesta situação, então, eh..., faltou esse preparo para a gente tá entrando na inatividade.

Mais uma vez é salientado o fato de que não há qualquer preparação para a entrada na inatividade, sendo a maior dificuldade encontrada por E1-RR a adaptação a essa nova rotina, que lhe causa uma sensação de confusão. A não preparação para a inatividade, principalmente considerando o estado emocional/psicológico, é também ressaltada como a maior dificuldade por E2-RR, que aponta, ainda, para a perda de autoridade sofrida quando da saída da Polícia Militar:

Olha, em primeiro lugar, a preparação do estado emocional, psicológico. A pessoa que está prestes para ir para a reserva ela tem que se preparar desde antes, nas vésperas, preparar seu estado psicológico, antes e após a reserva. A questão da autoridade também. A gente sente, principalmente o oficial superior, [...] comandando duzentos homens, a gente tem uma autoridade muito maior, e muito mais

titular, e a partir do momento que a gente vai para a reserva perde isso aí, e tem que ser preparado emocionalmente para isso.

Corroborando com a pesquisa de Tavares e Antônio Filho (2000), o entrevistado E3-RR, na reserva remunerada por ter sofrido um acidente a serviço, conta que precisou trabalhar em outras atividades para sustentar sua família, assim como seu filho, afastado pelo mesmo motivo da PM-GO:

[...] eu melhorei a saúde trabalhando fora porque lá dentro eu não tinha condições. Trabalhando de porteiro eu pagava o INPS este tempo, então consegui tratar da minha saúde pelo INPS. Eu fui trabalhando para poder criar meus filhos que eram pequenos né, hoje tem um que é capitão e outro que é sargento, que também sofreu um acidente em serviço [...] aí tiveram que reformar ele, agora ele é advogado.

Em relação à última pergunta do questionário, “Você tem interesse em ser reaproveitado, no caso de aprovação de norma legal a respeito, para trabalhar novamente na instituição, seja na área administrativa ou operacional, nos moldes do serviço extra remunerado?”, todos foram da mesma opinião e responderam à questão afirmativamente, apresentando motivos como ganhar mais, sair da ociosidade, ser reintegrado novamente e voltar a vestir farda, dentre outros, como se pode perceber nos excertos a seguir:

Eu acho que sim [...] seria um incentivo para que você não ficasse ocioso, porque ficar ocioso em casa, só vendo televisão, às vezes só com problemas de casa, é um pouco complicado. Se você tiver uma atividade extra, além do mais sendo remunerada, com certeza isto ajudaria bastante o pessoal da reserva. (E1-RR)

[...] Se tivesse uma oportunidade dessa eu voltaria sim, voltaria sim, para trabalhar, pode ser operacional ou administrativo, [...] é uma coisa que pode ser estudada, porque reaproveita “o policia” de novo, evita que ele sinta esta falta que eu estou sentindo agora, que eu possa reintegrar, voltar a ser útil, vestir a farda novamente, é uma idéia muito interessante. (E4-RR)

Voltaria sim, pois já estou procurando uma outra maneira de ganhar dinheiro [...]. (E5-RR)

Se fosse no serviço remunerado eu trabalharia sim, para completar o meu salário e ganhar um pouco melhor. (E6-RR)

Apesar de a amostra utilizada nesta pesquisa ser pequena em relação ao contingente de policiais militares na reserva, percebe-se que não houve nenhum deles que demonstrou falta

de interesse em voltar a trabalhar. Ainda, todos afirmaram terem sentido muita dificuldade ao passarem à inatividade devido à falta de um programa de preparação para o afastamento do serviço.

Sobre os policiais militares na ativa, suas entrevistas forneceram o seguinte perfil:

Tabela 2: Perfil dos policiais militares na ativa.

Entrevistado (a)	Sexo/idade	Tempo de serviço na PM	Realiza outra atividade?	Possui alguma capacitação? Qual?	Tem interesse em realizar alguma atividade na RR?
E7-AT	M	32 anos	Não	Não	Sim
E8-AT	M	28 anos e 6 meses	Não	Não	Sim
E9-AT	M	30 anos	Não	Sim, informática	Sim

Fonte: Entrevistas realizadas pelos autores.

Os policiais militares entrevistados, apesar de ainda se encontrarem na ativa, já estão próximos ou, inclusive, já passaram da época de solicitar a ida para a reserva e, portanto, já deveriam estar se preparando, “desacelerando”, para utilizar as palavras de um entrevistado, rumo à inatividade. No entanto, foram unânimes ao afirmarem que até agora não participaram de nenhum programa institucional de preparação do policial militar para a reserva, como se percebe nos excertos a seguir:

Não, não tive não [...] nenhum acompanhamento, nenhuma associação me procurou para fazer este tipo de trabalho não. Ninguém, ninguém me procurou até hoje. (E7-AT)

Não, não. Eu não tive este programa nem pela minha Companhia, e nem, digamos, pela Fundação Tiradentes, por ninguém, em outras palavras. (E8-AT)

É, realmente até o momento nem sei se existe este programa [...] até agora ninguém me procurou para falar sobre a minha vida na reserva. (E9-AT)

A próxima pergunta da entrevista era relativa às dificuldades encontradas quando do ingresso na reserva remunerada, haja vista a falta deste programa. Os entrevistados demonstraram interesse em participar de uma preparação para a reserva e corroboraram com a

opinião dos que já se encontram na reserva remunerada ao explicarem que sentiriam falta do trabalho e do “status” de polícia:

[...] a vida do policial militar é um tanto corrida, e a gente está simplesmente focado no trabalho policial militar. Com certeza vai ter uma dificuldade ao se aposentar, ao se afastar das atividades. (E8-AT)

[...] nós sabemos que temos muito ainda para dar para a polícia militar, e pela idade também, eh..., mas essas dificuldades que nós encontramos é o futuro. Não temos perspectiva de ir para a reserva, o que vai acontecer quando eu for para a reserva, eu vou perder o status de policial militar, vou perder as regalias [...] estou procurando me estudar mais e procurar uma outra atividade, eu mesmo me preparando sozinho, sem nenhum acompanhamento para essa reserva. (E9-AT)

Por fim, em relação à questão de se voltaria a prestar serviços à polícia militar sob o regime de serviço extra remunerado após a ida para a reserva, as seguintes respostas foram obtidas, todas afirmativas e dando como motivos melhorar a renda familiar e valorizar o policial militar:

[...] ainda me julgo uma pessoa produtiva e com certeza iria melhorar os ganhos em casa e, consecutivamente, o benefício à família. (E8-AT)

Tranquilamente. Eu acho que é uma maneira de valorizar o policial militar pelo tempo que ele tem, eh, dedicado à corporação. Então a idade ainda nos permite, né, essas atividades [...]. Eu acredito que se houvesse essa oportunidade não só eu, como a maioria dos companheiros aí, que a idade ainda permite, estaríamos realmente inseridos no programa. (E9-AT)

A partir destas entrevistas, foi possível perceber que realmente existe e é sentida a falta de um programa semelhante ao desenvolvido na Polícia Militar de Minas Gerais para auxiliar os policiais a aceitarem melhor sua chegada à inatividade. Outrossim, a lei 8.033 permite a volta dos policiais militares para cumprirem serviço extra remunerado desde que convocados. Assim sendo e considerando o fato de o efetivo necessitar de reforço, por que não aproveitar os profissionais da reserva, que ainda apresentam vontade e disposição para trabalhar, de acordo com suas próprias palavras?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consistiu em identificar a possível disponibilidade dos Policiais Militares inativos em serem reaproveitados, através de pesquisa de campo, quantificando e discriminando os anseios e necessidades para seu real emprego na atividade meio da Instituição.

Por meio das entrevistas foi possível perceber que há sim uma vontade de voltar ao trabalho na área de segurança pública por parte de todos os entrevistados, tantos os da reserva remunerada quanto os que estão próximos a entrarem nessa categoria. Ao passarem para a inatividade, muitos apontaram que sentem falta de coisas simples, como o ato, já hábito de muitos anos, de vestir a farda e fazer a barba todos os dias, sem contar que aspiram novamente pelo ambiente em si, ou seja, pelo convívio com os colegas policiais e pelos assuntos com os quais conviveram por pelo menos trinta anos.

Ademais, há ainda outra questão: há uma ruptura abrupta quando da saída destes policiais da ativa para a inatividade, haja vista que em um dia estão trabalhando normalmente e, no outro, precisam conviver com o fato de que tem um dia inteiro disponível e precisam preenchê-lo de uma forma ou de outra. Ao passar mais tempo em casa, alguns deles sentem-se ociosos e acreditam ser difícil ficar em casa sem ter nada para fazer.

Assim, propõe-se, neste estudo, a criação de um programa de preparação para a reserva, semelhante ao já existente em Minas Gerais, que torne essa ruptura menos abrupta e prepare os policiais para a inatividade, mostrando-lhes que há uma vida fora da Polícia Militar e ensinando-lhes a fazer proveito dela. Além disso, a própria lei 8.033/78 permite o retorno deste contingente para a instituição, por meio do serviço extra remunerado, e todos os entrevistados demonstraram interesse em retornar nessas condições. Por meio disso, talvez, seja possível

estabelecer uma melhor qualidade de vida a estes indivíduos, por meio do aumento do seu salário através do serviço extra, bem como proporcionar-lhes um suporte psicológico e emocional que os prepare para a inatividade e para uma vida saudável em família.

REFERÊNCIAS

BISPO, Patrícia. *Militares são preparados para a inatividade*. Disponível em: <http://www.rh.com.br/Portal/Carreira/Materia/3802/militares-sao-preparados-para-a-inatividade.html>. Acesso em: 20 mar. 2011.

DEBERT, Grita Grin. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Lins de. *Velhice ou terceira idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 49-68.

GOIÁS. **Lei n. 8.033, dezembro de 1975** – Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/lei_8033_75.pdf. Acesso em: 22 mar. 2011.

GOIÁS. **Lei n. 13.559, novembro de 1999** – Altera o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1999/lei_13559.htm. Acesso em: 22 mar. 2011.

MALTEMPI, Maria Angela Cabanilha de Souza. *Co-educação: uma proposta intergeracional*. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1321/1261>. Acesso em: 22 mar. 2011.

MINAS GERAIS. *Resolução n. 3842, de 31 de janeiro de 2006*. Define critérios para a elaboração, na Polícia Militar de Minas Gerais, do Programa de Preparação para a Reserva. Disponível em: http://www.aspra.org.br/arquivos/RESOLUCOES/Resolucao_3842.pdf. Acesso em: 22 mar. 2011.

SALGADO, Marcelo Antônio. Envelhecimento, um desafio para a sociedade. *Revista A Terceira Idade*, São Paulo, p. 4-8, 1988.

_____. *Velhice, uma nova questão social*. 2. ed. São Paulo: Biblioteca Científica/SESC, 1982.

SAN MARTÍN, H.; PASTOR, V. *La epidemiologia de la vejez*. Rio de Janeiro: Atheneu, 1996.

SCHNEIDER, Roberto Herberto; IRIGAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, out.-dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2011.

TAVARES, Wilson Brasil Pinheiro; ANTÔNIO FILHO, Marcelino. *O Policial Militar e sua passagem para a inatividade*. 78f. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Academia de Polícia Militar, Goiânia, Goiás, 2000.